PRAXEDU
PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

eISSN 3086-2698
Recebido: 18/10/2026 ■ Aprovado: 26/10/2026 ■ Publicado: 27/10/2026

Ensino De Geografia, Agricultura E Meio Ambiente: Possibilidades Pedagógicas No Contexto De Capelinha E Do Vale Do Jequitinhonha

Dauvane Macinele Gomes dos Santos[1]

Resumo: Este artigo discute as possibilidades de articulação entre o ensino de Geografia, a agricultura e o meio ambiente nos anos finais do Ensino Fundamental, tomando Capelinha e o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, como referência territorial. A proposta fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e na reflexão sobre possibilidades de contextualização dos conteúdos geográficos a partir das relações entre sociedade e natureza. Discute-se o potencial pedagógico de temas como agricultura familiar, cafeicultura, silvicultura, uso do solo e da água e conservação ambiental. Argumenta-se que a aproximação entre currículo e realidade territorial pode favorecer aprendizagens significativas e o pensamento crítico.
Palavras-chave: Educação ambiental. Ensino contextualizado. Espaço geográfico. Práticas interdisciplinares.

Geography Teaching, Agriculture And The Environment: Pedagogical Possibilities In Capelinha And The Jequitinhonha Valley

Abstract: This article discusses possibilities for connecting Geography teaching, agriculture and the environment in lower secondary education, taking Capelinha and the Jequitinhonha Valley, Minas Gerais, Brazil, as a territorial reference. The proposal is grounded in bibliographic research and reflection on contextualizing geographical content through the relationships between society and nature. It addresses the educational potential of topics such as family farming, coffee production, eucalyptus forestry, soil and water use, and environmental conservation. It argues that connecting the curriculum to local and regional realities can support meaningful learning and critical thinking.
Keywords: Environmental education. Contextualized teaching. Geographical space. Interdisciplinary practices.

Enseñanza De La Geografía, Agricultura Y Medio Ambiente: Posibilidades Pedagógicas En Capelinha Y El Valle Del Jequitinhonha

Resumen: Este artículo analiza las posibilidades de articulación entre la enseñanza de la Geografía, la agricultura y el medio ambiente en los últimos años de la Educación Primaria, tomando como referencia territorial Capelinha y el Valle del Jequitinhonha, en Minas Gerais, Brasil. La propuesta se fundamenta en una investigación bibliográfica y en la reflexión sobre la contextualización de los contenidos geográficos a partir de las relaciones entre sociedad y naturaleza. Se abordan temas como la agricultura familiar, la producción de café, la silvicultura, el uso del suelo y del agua y la conservación ambiental.
Palabras- clave: Educación ambiental. Enseñanza contextualizada. Espacio geográfico. Prácticas interdisciplinarias.

[1] Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- Diamantina (MG), Brasil. ✉ dauvane.gomes@ufvjm.edu.br. https://orcid.org/0009-0009-3602-9052. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9241007543503409.

1- Introdução

O ensino de Geografia na Educação Básica desempenha um papel importante na formação de estudantes capazes de compreender as relações entre sociedade e natureza, interpretar as transformações das paisagens e analisar criticamente a produção do espaço geográfico. Nos anos finais do Ensino Fundamental, essa aprendizagem envolve a articulação entre conceitos geográficos e situações concretas, de modo que os estudantes possam observar, comparar e explicar fenômenos espaciais para além da memorização de informações. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca a importância de compreender as relações entre os componentes físico-naturais e as ações humanas, assim como os processos de produção e transformação do espaço geográfico (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, o lugar e o cotidiano dos estudantes constituem referências relevantes para a construção do conhecimento geográfico. Callai (2005) defende a importância de aprender a ler o mundo por meio da Geografia, considerando a realidade vivida como ponto de partida para compreender processos espaciais mais amplos. Em diálogo com essa perspectiva, Manfio (2021) discute o estudo do lugar e do cotidiano no ensino de Geografia e apresenta possibilidades pedagógicas que valorizam as experiências, os conhecimentos prévios e a percepção dos estudantes sobre os espaços que vivenciam. Essa abordagem permite relacionar os conteúdos escolares às paisagens, às atividades econômicas e às relações sociais presentes no contexto dos alunos.

A importância dessa contextualização também é discutida por Cornélio e Miranda Neto (2023), que investigaram uma proposta pedagógica com turmas do 6º ano do Ensino Fundamental, utilizando imagens de diferentes períodos para estimular a interpretação das transformações da paisagem a partir do espaço vivido. Os autores identificaram possibilidades de relacionar a percepção cotidiana dos estudantes à compreensão dos processos responsáveis pelas mudanças espaciais. Embora a pesquisa tenha sido desenvolvida em outro contexto territorial, sua discussão contribui para refletir sobre estratégias que podem ser adaptadas à realidade de outras localidades, respeitando suas particularidades.

A articulação entre o ensino de Geografia e as questões ambientais também merece atenção. Lelis, Marques e Pedroso (2023), em estudo de revisão sobre a produção acadêmica relacionada à Geografia e à Educação Ambiental nos anos finais do Ensino Fundamental, identificaram um número reduzido de pesquisas que tratavam diretamente dessa etapa de ensino

no conjunto de trabalhos analisados. Os autores apontam a necessidade de ampliar as investigações nesse campo, reforçando a relevância de propostas pedagógicas que abordem as relações entre sociedade, ambiente e espaço geográfico. Essa discussão fundamenta a importância de desenvolver práticas educativas que permitam aos estudantes investigar questões ambientais de forma contextualizada e crítica.

Em Capelinha e no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, as atividades agrícolas e as diferentes formas de apropriação dos recursos naturais oferecem possibilidades para contextualizar conteúdos relacionados à paisagem, ao território, ao trabalho, à economia, à vegetação e aos recursos hídricos. Temas como agricultura familiar, cafeicultura e silvicultura de eucalipto podem subsidiar discussões sobre os usos da terra, a organização da produção, as transformações da paisagem e as relações entre atividades econômicas e condições socioambientais. Essa abordagem requer, contudo, que as questões sejam investigadas a partir de fontes e evidências adequadas, sem pressupor que todas as atividades produtivas apresentem os mesmos efeitos ambientais ou sociais.

O estudo dessas temáticas pode contribuir para uma abordagem interdisciplinar, articulando conhecimentos geográficos a conteúdos de Ciências, Matemática e Língua Portuguesa. A análise de mapas, imagens, dados e documentos, por exemplo, pode favorecer a observação das paisagens, a comparação de formas de uso do território e a elaboração de explicações fundamentadas. Em consonância com a BNCC (BRASIL, 2018), essa perspectiva valoriza a investigação das relações entre sociedade e natureza e a compreensão das transformações espaciais em diferentes escalas.

Diante dessas considerações, formula-se a seguinte questão de pesquisa: como a articulação entre o ensino de Geografia, a agricultura e o meio ambiente pode contribuir para uma aprendizagem contextualizada e crítica nos anos finais do Ensino Fundamental, considerando a realidade de Capelinha e do Vale do Jequitinhonha?

O objetivo geral deste artigo é analisar as possibilidades pedagógicas de articulação entre Geografia, agricultura e meio ambiente na Educação Básica, tomando como referência o contexto territorial de Capelinha e do Vale do Jequitinhonha. Especificamente, busca-se discutir a importância do lugar e do cotidiano na aprendizagem geográfica, examinar as possibilidades educativas de temas agrícolas e ambientais e refletir sobre estratégias didáticas que aproximem os conteúdos escolares das questões socioambientais regionais.

A relevância deste estudo consiste em contribuir para a reflexão sobre práticas de ensino de Geografia que articulem os conhecimentos curriculares às realidades socioambientais de Capelinha e do Vale do Jequitinhonha. Ao sistematizar possibilidades pedagógicas relacionadas à agricultura, às transformações da paisagem e ao uso dos recursos naturais, o artigo busca oferecer subsídios para o planejamento docente e para o desenvolvimento de abordagens contextualizadas e interdisciplinares. Sua contribuição para o campo das práticas educativas na Educação Básica está na aproximação entre os conceitos geográficos e as questões territoriais que podem ser investigadas no cotidiano escolar. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e reflexiva, as propostas apresentadas não constituem resultados de uma intervenção pedagógica empiricamente avaliada, mas possibilidades fundamentadas na literatura e passíveis de adaptação a diferentes realidades escolares.

2- Revisão teórica

2.1 O ensino de Geografia e a compreensão do lugar

O ensino de Geografia na Educação Básica desempenha um papel importante na formação de estudantes capazes de compreender a organização do espaço geográfico e as relações estabelecidas entre sociedade e natureza. Essa aprendizagem não deve se limitar à memorização de conceitos, nomes e localizações, mas envolver a interpretação de processos espaciais, a análise das transformações das paisagens e a compreensão das diferentes formas de apropriação e organização do território. Nessa perspectiva, a Geografia escolar constitui um campo de conhecimento fundamental para a formação de sujeitos capazes de interpretar criticamente a realidade em que vivem.

Cavalcanti (2012) destaca a importância de compreender o ensino de Geografia como um processo de construção de conhecimentos que possibilite aos estudantes desenvolver formas próprias de interpretar a realidade espacial. Para a autora, os conceitos geográficos precisam adquirir significado na relação entre os conhecimentos escolares e as experiências dos sujeitos. Assim, ensinar Geografia implica criar condições para que os estudantes compreendam os fenômenos espaciais e reconheçam as relações existentes entre os elementos que constituem o espaço.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Callai (2005), para quem a aprendizagem geográfica está relacionada à capacidade de ler e interpretar o mundo. A autora enfatiza a importância de articular o conhecimento sobre o espaço vivido à compreensão de processos mais amplos, reconhecendo que as experiências cotidianas podem constituir pontos de partida para a construção do pensamento geográfico. Desse modo, a realidade dos estudantes não representa apenas um recurso ilustrativo para as aulas, mas uma referência para problematizar os conteúdos curriculares e desenvolver interpretações fundamentadas.

O conceito de lugar assume, nesse contexto, uma função importante. O lugar corresponde ao espaço das experiências cotidianas, das relações sociais, das práticas culturais e dos vínculos construídos pelos sujeitos. Para Callai (2005), estudar o lugar permite estabelecer relações entre a experiência cotidiana e a compreensão do mundo, considerando que os espaços vividos estão conectados a processos econômicos, políticos, culturais e ambientais que ultrapassam seus limites imediatos. Cavalcanti (2012), por sua vez, contribui para compreender a importância de mobilizar as experiências espaciais dos estudantes na formação de conceitos geográficos, favorecendo a passagem de percepções imediatas para análises mais elaboradas da realidade.

Em diálogo com essas abordagens, Manfio (2021) discute o estudo do lugar e do cotidiano no ensino de Geografia, ressaltando a relevância de propostas pedagógicas que valorizem a percepção, os conhecimentos prévios e as vivências dos alunos. Essa contribuição reforça a necessidade de práticas educativas que favoreçam a observação, a interpretação e a problematização do espaço vivido, relacionando as experiências dos estudantes aos conhecimentos científicos.

A compreensão do espaço geográfico também pode ser aprofundada a partir de Santos (2006), que o interpreta como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Essa abordagem permite reconhecer que as paisagens são constituídas tanto por elementos materiais quanto pelas práticas sociais, técnicas e econômicas que participam de sua transformação. Dessa forma, os espaços rurais, as áreas agrícolas, os cursos d'água, as estradas e os estabelecimentos comerciais podem ser estudados considerando suas características locais e suas conexões com processos econômicos e territoriais mais amplos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância do desenvolvimento do raciocínio geográfico e da compreensão das relações entre sociedade e natureza. O documento

orienta o trabalho com diferentes escalas de análise, a interpretação das transformações da paisagem e a investigação das relações entre os componentes físico-naturais e as ações humanas (BRASIL, 2018).

No contexto de Capelinha e do Vale do Jequitinhonha, essas contribuições permitem abordar as paisagens rurais e urbanas, a produção agrícola, os usos da terra, a cobertura vegetal, os recursos hídricos e as relações entre campo e cidade como elementos de investigação geográfica. A observação dessas realidades pode contribuir para que os estudantes relacionem os conteúdos escolares às experiências familiares e comunitárias, desenvolvendo interpretações que considerem as dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais do território.

2.2 Agricultura, produção do espaço geográfico e transformações ambientais

A agricultura constitui uma atividade relevante para a compreensão da produção e da organização do espaço geográfico, pois envolve relações entre trabalho, natureza, tecnologia, propriedade da terra, circulação de mercadorias e formas de organização social. Seu estudo permite analisar como as sociedades utilizam os recursos naturais e transformam as paisagens para atender a diferentes necessidades e interesses econômicos. Dessa maneira, a agricultura oferece possibilidades pedagógicas para relacionar conceitos geográficos a processos concretos de organização territorial.

A compreensão dessas relações pode ser aprofundada a partir de Santos (2006), que compreende o espaço geográfico como uma realidade histórica e social, produzida pelas interações entre objetos e ações. Aplicada ao estudo da agricultura, essa perspectiva permite observar que as paisagens agrícolas não são determinadas exclusivamente pelas condições naturais, pois também expressam escolhas técnicas, relações de trabalho, interesses econômicos e decisões políticas. O uso da terra, portanto, precisa ser interpretado considerando tanto as condições ambientais quanto os processos sociais que orientam sua apropriação.

Nesse debate, é importante reconhecer a diversidade de formas de organização da agricultura. Wanderley (2009), ao discutir o mundo rural como espaço de vida, contribui para compreender que o rural não pode ser reduzido a um setor exclusivamente produtivo, pois envolve relações sociais, identidades, formas de sociabilidade e modos de vida. Essa abordagem amplia as possibilidades de interpretação das realidades rurais, permitindo considerar os conhecimentos

construídos pelas famílias agricultoras, suas estratégias de reprodução social e suas relações com os territórios.

Schneider (2003), ao discutir as relações entre teoria social, agricultura familiar e pluriatividade, contribui para analisar as diferentes formas de organização do trabalho, da produção e das estratégias de reprodução das unidades familiares. A agricultura familiar, nesse sentido, não deve ser compreendida como uma categoria homogênea, uma vez que suas práticas variam conforme as condições históricas, econômicas, sociais e ambientais de cada território.

No ensino de Geografia, essa diversidade constitui uma oportunidade para problematizar as relações entre produção agrícola, trabalho, renda, abastecimento alimentar e organização espacial. Os estudantes podem investigar a origem dos alimentos consumidos em suas famílias, as etapas entre produção e comercialização, a participação do trabalho familiar e as diferenças entre sistemas produtivos. Essas questões favorecem a compreensão de que a agricultura envolve tanto a produção material quanto relações sociais e econômicas que estruturam o espaço geográfico.

A análise da produção agrícola também requer atenção às transformações ambientais associadas às diferentes formas de uso e manejo da terra. A retirada da cobertura vegetal, a mobilização do solo, a utilização de insumos, o manejo da água e a implantação de determinadas culturas podem produzir consequências distintas conforme as condições ambientais, as técnicas empregadas e as características dos sistemas produtivos. Por isso, não é adequado atribuir os mesmos efeitos ambientais a todas as atividades agrícolas ou pressupor que uma modalidade de produção seja necessariamente sustentável em qualquer circunstância.

Nesse debate, as contribuições de Ana Primavesi são especialmente relevantes. Em Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais, a autora discute a importância dos processos biológicos e das condições ecológicas do solo para a produção agrícola, defendendo práticas de manejo que considerem as interações entre solo, água, matéria orgânica, vegetação e organismos vivos (PRIMAVESI, 2002). Essa perspectiva contribui para compreender o solo não apenas como suporte físico para as culturas, mas como um sistema vivo, cuja conservação depende das relações entre seus componentes e das formas de manejo adotadas.

A abordagem de Primavesi (2002) permite ampliar a discussão sobre os efeitos das práticas agrícolas no ambiente, destacando a importância da cobertura do solo, da manutenção da matéria orgânica e da compreensão dos processos que influenciam a infiltração da água, a erosão e a

atividade biológica. Esses aspectos apresentam relevância para o ensino de Geografia porque possibilitam relacionar os conteúdos sobre solo, relevo, clima, vegetação e recursos hídricos às formas de utilização da terra e às técnicas de produção.

Em sua obra sobre agroecologia, Primavesi (1997) também contribui para a reflexão sobre as relações entre os processos ecológicos e a organização dos sistemas agrícolas. Sua abordagem favorece a compreensão de que a produção de alimentos e a conservação ambiental precisam ser analisadas considerando as condições específicas de cada ecossistema, os conhecimentos sobre o funcionamento da natureza e as práticas adotadas pelos agricultores.

Essas contribuições podem ser relacionadas ao contexto de Capelinha e do Vale do Jequitinhonha, onde a presença de atividades como a cafeicultura, a silvicultura de eucalipto e a agricultura familiar permite discutir diferentes formas de uso e ocupação da terra. A cafeicultura possibilita abordar as condições de cultivo, a organização do trabalho, o beneficiamento e a comercialização. A silvicultura, por sua vez, oferece elementos para investigar a distribuição espacial dos plantios, as finalidades econômicas da atividade, as técnicas de manejo e suas relações com o solo, a água e a vegetação.

A aproximação dessas temáticas com as contribuições de Primavesi pode favorecer a investigação das diferenças entre práticas de manejo, da importância da conservação do solo e das relações entre produção agrícola e condições ambientais. O objetivo não é estabelecer previamente uma oposição entre agricultura e conservação, mas compreender como as formas de produção, os conhecimentos técnicos e as condições territoriais influenciam as relações entre sociedade e natureza.

2.3 Educação ambiental e interdisciplinaridade no ensino de Geografia

A articulação entre Geografia e Educação Ambiental permite compreender os problemas ambientais como processos que envolvem dimensões ecológicas, sociais, econômicas, políticas e culturais. Essa abordagem contribui para superar interpretações que tratam o meio ambiente apenas como um conjunto de elementos naturais ou atribuem a responsabilidade pelos problemas ambientais exclusivamente aos comportamentos individuais, sem considerar as formas de produção, apropriação e gestão dos recursos naturais.

A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795/1999, define a Educação Ambiental como um processo de construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados à conservação do meio ambiente e à sustentabilidade. A legislação estabelece que a Educação Ambiental deve constituir um componente essencial e permanente da educação nacional, presente de forma articulada nos diferentes níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 1999). Esse fundamento reforça a importância de incorporar questões ambientais ao currículo de maneira contínua e relacionada à realidade dos estudantes.

Loureiro (2004), ao discutir os fundamentos da Educação Ambiental, contribui para uma perspectiva crítica que relaciona as questões ambientais às condições históricas e sociais em que são produzidas. Nessa abordagem, a Educação Ambiental não se limita à transmissão de informações sobre a natureza ou à recomendação de comportamentos individuais, mas envolve reflexão sobre as relações entre sociedade, ambiente e organização da vida coletiva.

As contribuições de Primavesi (1997, 2002) permitem aproximar essa perspectiva crítica da compreensão dos processos ecológicos relacionados à agricultura. Ao destacar a importância do funcionamento biológico do solo e das relações entre os componentes dos sistemas agrícolas, a autora oferece fundamentos para discutir como as práticas de manejo podem influenciar as condições de conservação ambiental e de produção de alimentos. Essa abordagem possibilita tratar a natureza não como um recurso isolado, mas como um conjunto de processos interdependentes que sustentam a vida.

No contexto escolar, essas reflexões podem ser desenvolvidas por meio da observação de diferentes formas de uso da terra, da investigação sobre a cobertura do solo, da comparação de práticas agrícolas e da análise da importância da matéria orgânica e da conservação da água. Tais atividades podem estimular os estudantes a formular perguntas sobre as condições ambientais das áreas agrícolas, identificar diferenças entre técnicas de manejo e buscar informações que sustentem suas interpretações.

A interdisciplinaridade amplia essas possibilidades ao favorecer o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Fazenda (2008) discute a interdisciplinaridade como uma perspectiva que pressupõe diálogo e integração entre saberes, contribuindo para enfrentar a fragmentação do conhecimento. No contexto escolar, essa aproximação pode favorecer a construção de explicações

mais abrangentes sobre fenômenos que não podem ser compreendidos adequadamente a partir de uma única disciplina.

A Geografia pode contribuir com a interpretação espacial dos fenômenos, a análise territorial, a leitura de mapas e a compreensão das relações entre diferentes escalas. As Ciências da Natureza podem aprofundar conhecimentos sobre os ecossistemas, o solo, a água e os ciclos naturais. A Matemática pode auxiliar na organização e interpretação de dados, medidas e gráficos, enquanto a Língua Portuguesa pode contribuir para a leitura crítica de textos, a realização de entrevistas e a elaboração de argumentos fundamentados.

A BNCC orienta o desenvolvimento de aprendizagens que envolvem a análise das relações entre sociedade e natureza, a investigação dos componentes físico-naturais e a utilização de diferentes linguagens para representar e interpretar o espaço geográfico (BRASIL, 2018). A articulação dessas orientações com a Educação Ambiental pode favorecer práticas pedagógicas que ultrapassem a exposição de conteúdos e estimulem a participação dos estudantes na investigação de questões socioambientais.

No estudo da agricultura, a interdisciplinaridade permite relacionar as condições de cultivo às características do solo, à disponibilidade hídrica, às formas de trabalho e aos circuitos de comercialização. As contribuições de Primavesi (2002), por exemplo, podem subsidiar atividades que articulem a análise geográfica das paisagens agrícolas à investigação científica dos processos que ocorrem no solo. Dessa maneira, os estudantes podem compreender que as questões ambientais não estão separadas das relações sociais e econômicas, mas integram os processos de produção e organização do território.

A Educação Ambiental articulada à Geografia pode, portanto, contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade de investigação e da participação responsável dos estudantes. Para alcançar esses objetivos, é importante que as práticas pedagógicas considerem as particularidades territoriais e promovam a análise de evidências, o confronto de diferentes perspectivas e a elaboração de interpretações fundamentadas.

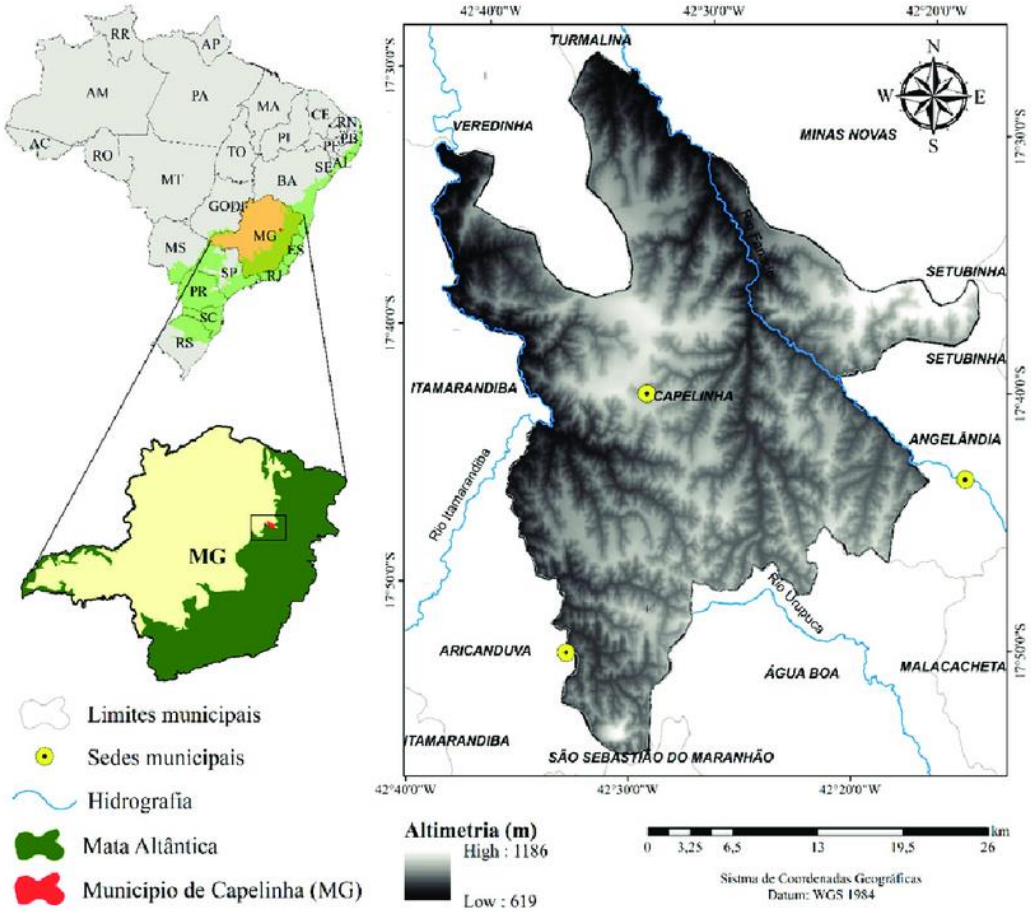
2.4 Possibilidades pedagógicas a partir da realidade de Capelinha e do Vale do Jequitinhonha

A aproximação entre os conteúdos curriculares e a realidade territorial pode contribuir para tornar o ensino de Geografia mais significativo, desde que a contextualização seja acompanhada de problematização e sistematização conceitual. Callai (2005) e Cavalcanti (2012) oferecem fundamentos para compreender que as experiências cotidianas podem constituir pontos de partida para a aprendizagem, permitindo que os estudantes relacionem suas vivências aos conceitos científicos e interpretem os processos espaciais de maneira mais abrangente.

Nesse sentido, Capelinha e o Vale do Jequitinhonha oferecem referências territoriais para abordar as relações entre agricultura, sociedade e ambiente. As paisagens rurais, as áreas de cafeicultura, os plantios de eucalipto, os espaços de agricultura familiar e os ambientes naturais podem ser mobilizados como temas de investigação, considerando a disponibilidade de materiais e as condições de acesso a informações locais. Essas referências não devem ser tratadas apenas como exemplos ilustrativos, mas como situações que permitem formular perguntas, analisar evidências e construir explicações geográficas.

A localização do município no contexto regional constitui uma referência para compreender a escala territorial da discussão proposta neste artigo, relacionando o recorte local às dinâmicas socioespaciais do Vale do Jequitinhonha.

Figura 1 – Localização de Capelinha no contexto de Minas Gerais



Fonte: Elaborado por Luciano França (2024).

Uma primeira possibilidade consiste na leitura e comparação de paisagens. Os estudantes podem analisar fotografias, mapas e imagens de diferentes períodos para identificar elementos naturais e sociais, reconhecer padrões de ocupação e discutir mudanças no uso da terra. Essa proposta dialoga com Callai (2005), ao relacionar a leitura do espaço vivido à compreensão de processos mais amplos, e com Santos (2006), ao reconhecer a dimensão histórica e social da produção do espaço geográfico.

Para que a atividade favoreça uma análise consistente, é necessário considerar a origem, a data e a escala dos materiais utilizados. A comparação de imagens pode indicar mudanças na cobertura e no uso da terra, mas a identificação de suas causas exige outras fontes de informação. Dessa maneira, os estudantes podem aprender a distinguir aquilo que observam diretamente das hipóteses que formulam e das explicações que precisam ser fundamentadas em evidências.

Uma segunda possibilidade envolve a investigação dos circuitos produtivos dos alimentos. A partir de produtos presentes no cotidiano, os estudantes podem identificar etapas como cultivo, colheita, beneficiamento, transporte, comercialização e consumo. A proposta permite discutir a divisão do trabalho, a circulação de mercadorias, as relações entre campo e cidade e os vínculos entre produção agrícola e abastecimento alimentar. A abordagem também pode valorizar os conhecimentos das famílias agricultoras e reconhecer a diversidade das formas de produção e comercialização existentes no território.

Outra estratégia consiste em desenvolver atividades sobre solo, água e cobertura vegetal, relacionando as contribuições de Primavesi (2002) à observação das paisagens agrícolas. Os estudantes podem comparar áreas com diferentes formas de cobertura do solo, investigar a importância da matéria orgânica e analisar como as práticas de manejo se relacionam com a conservação dos recursos naturais. Essas atividades podem ser realizadas por meio de imagens, materiais didáticos, observações orientadas e experimentos escolares simples, respeitando as condições e os recursos disponíveis.

Essa abordagem permite integrar conteúdos de Geografia e Ciências da Natureza, articulando a distribuição espacial dos usos da terra à compreensão dos processos ecológicos. Também possibilita discutir como as práticas agrícolas se relacionam com as condições ambientais e por que o manejo precisa considerar as características específicas de cada área. As conclusões devem ser construídas a partir das evidências disponíveis, evitando generalizações sobre os efeitos de determinadas atividades produtivas.

Também é possível desenvolver atividades de cartografia escolar, como a elaboração de croquis, mapas temáticos simplificados e representações dos percursos cotidianos dos estudantes. Esses recursos podem contribuir para identificar a distribuição de atividades agrícolas, os caminhos percorridos entre áreas rurais e urbanas e a localização de elementos importantes da paisagem. A utilização da linguagem cartográfica favorece a organização das informações espaciais e a compreensão das relações entre localização, distribuição e conexão, em consonância com as orientações da BNCC (BRASIL, 2018).

A realização de entrevistas com agricultores, familiares ou outros moradores pode complementar essas atividades, desde que sejam observados os cuidados éticos e as autorizações necessárias. Os relatos podem contribuir para conhecer transformações percebidas na paisagem,

práticas produtivas, experiências relacionadas à disponibilidade de água e mudanças nos hábitos de consumo. Esses depoimentos podem ser relacionados às contribuições de Wanderley (2009), que compreende o mundo rural também como espaço de vida, e às reflexões de Primavesi (1997, 2002), quando as discussões envolverem conhecimentos sobre manejo agrícola e conservação do solo.

A avaliação das atividades pode considerar a capacidade dos estudantes de observar, comparar, interpretar mapas e imagens, formular perguntas, utilizar informações e construir explicações fundamentadas. Mais do que reproduzir definições, espera-se que consigam relacionar conceitos geográficos às situações investigadas, reconhecer diferentes dimensões dos problemas socioambientais e argumentar com base nas evidências disponíveis.

Essas possibilidades pedagógicas estão fundamentadas na articulação entre o ensino de Geografia, a contextualização curricular, a interdisciplinaridade e a Educação Ambiental. Sua efetivação depende dos objetivos de aprendizagem, das características das turmas, dos recursos disponíveis e do planejamento docente. Como o presente artigo se apoia em pesquisa bibliográfica e reflexão pedagógica, as propostas apresentadas devem ser compreendidas como possibilidades de desenvolvimento didático, e não como resultados de atividades cuja realização tenha sido empiricamente documentada.

3- Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório-reflexivo, cujo objetivo consiste em discutir possibilidades pedagógicas para o ensino de Geografia, articulando os conteúdos escolares às temáticas da agricultura e do meio ambiente no contexto de Capelinha e do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela intenção de compreender as relações entre educação geográfica, produção do espaço, práticas agrícolas e transformações ambientais, considerando suas dimensões sociais, econômicas, culturais e ecológicas.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da leitura e da análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e referenciais relacionados ao ensino de Geografia, à construção do conhecimento geográfico, à agricultura familiar, à produção do espaço e à educação ambiental. Entre os referenciais considerados, destacam-se Callai (2005), Cavalcanti (2012), Santos (2006), Wanderley (2009), Primavesi (1997, 2002) e as orientações estabelecidas pela Base Nacional

Comum Curricular (Brasil, 2018). Também foram considerados documentos normativos pertinentes à educação ambiental, especialmente a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

A seleção do material bibliográfico considerou a pertinência das obras em relação aos objetivos do estudo e sua contribuição para os eixos temáticos definidos. Foram priorizados referenciais sobre ensino de Geografia, lugar e cotidiano, produção do espaço geográfico, agricultura familiar, manejo ecológico do solo, Educação Ambiental e interdisciplinaridade, além de documentos normativos relacionados à Educação Básica. Após a leitura dos materiais, as contribuições consideradas relevantes foram organizadas por eixo temático e relacionadas às possibilidades de contextualização dos conteúdos geográficos no contexto territorial abordado.

O percurso metodológico compreendeu a identificação dos eixos temáticos pertinentes ao objeto de estudo, a leitura dos materiais selecionados, a sistematização das contribuições teóricas e a articulação entre os conceitos discutidos na literatura e as características socioespaciais de Capelinha e do Vale do Jequitinhonha. A análise concentrou-se em quatro dimensões principais: o ensino de Geografia e a compreensão do lugar; a agricultura como atividade produtora e transformadora do espaço geográfico; as relações entre práticas agrícolas e conservação ambiental; e as possibilidades de contextualização desses temas no processo de ensino e aprendizagem da Educação Básica.

O contexto territorial de referência corresponde ao município de Capelinha e à região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. A contextualização considera aspectos relevantes da realidade regional, como a agricultura familiar, a cafeicultura, a silvicultura de eucalipto, as relações entre sociedade e natureza e os desafios associados ao uso do solo e da água. Esses elementos são mobilizados como referências para a reflexão pedagógica, sem pressupor que tenham sido investigados por meio de levantamento empírico específico no âmbito deste artigo.

Para o tratamento do material bibliográfico, adotou-se uma análise interpretativa e temática, organizada em torno dos eixos anteriormente apresentados. As contribuições dos autores foram relacionadas aos objetivos do estudo, buscando identificar convergências conceituais e possibilidades de aplicação no ensino de Geografia. A partir dessa articulação, foram elaboradas proposições pedagógicas que valorizam a realidade local como ponto de partida para a construção

do conhecimento geográfico e para o desenvolvimento de uma compreensão crítica das relações entre agricultura, sociedade e meio ambiente.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, sem participação direta de seres humanos nem coleta de informações pessoais, não houve recrutamento de participantes ou aplicação de instrumentos de pesquisa em escolas ou comunidades. Dessa forma, não se caracteriza, nos procedimentos descritos, a necessidade de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa para atividades com participantes humanos. Caso sejam incorporadas posteriormente entrevistas, observações sistemáticas ou outras atividades envolvendo pessoas, será necessário avaliar previamente as exigências éticas e institucionais aplicáveis.

4- Resultados e discussão

A análise bibliográfica evidencia que a articulação entre o ensino de Geografia, a agricultura e o meio ambiente constitui uma possibilidade relevante para aproximar os conteúdos escolares da realidade socioespacial vivenciada pelos estudantes. Essa abordagem permite compreender que o espaço geográfico não corresponde apenas a uma organização física do território, mas resulta das relações históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais estabelecidas entre a sociedade e a natureza.

Callai (2005) destaca a importância de ensinar Geografia de modo que os estudantes desenvolvam a capacidade de ler e interpretar o mundo a partir das relações estabelecidas em seu cotidiano. Nessa perspectiva, o lugar assume importância pedagógica por possibilitar a aproximação entre os conhecimentos escolares e as experiências dos sujeitos. Cavalcanti (2012), por sua vez, contribui para a compreensão do ensino de Geografia como um processo de formação do pensamento geográfico, no qual os conceitos científicos são mobilizados para interpretar criticamente as situações vivenciadas pelos estudantes.

Essas contribuições permitem considerar Capelinha e o Vale do Jequitinhonha como referências para a contextualização dos conteúdos geográficos. Elementos como as atividades agrícolas, as formas de ocupação e uso da terra, a presença da cafeicultura e da silvicultura de eucalipto e as relações entre as comunidades e os recursos naturais podem subsidiar discussões sobre paisagem, território, lugar, trabalho, produção e dinâmica ambiental. A utilização desses elementos não deve se limitar à descrição das atividades econômicas regionais, mas favorecer a

compreensão de como diferentes agentes sociais participam da produção do espaço e de como suas ações produzem efeitos sobre a organização territorial.

4.1 Agricultura e produção do espaço geográfico

A agricultura constitui um tema significativo para o ensino de Geografia porque articula relações de trabalho, formas de apropriação da terra, produção de alimentos, circulação de mercadorias e transformações da paisagem. Santos (2006) permite compreender o espaço geográfico a partir da relação entre objetos e ações, destacando a participação das técnicas e das práticas sociais na organização espacial. Sob essa perspectiva, as atividades agrícolas podem ser estudadas como parte de sistemas econômicos e territoriais mais amplos, e não apenas como práticas produtivas isoladas.

Wanderley (2009), ao discutir o mundo rural, a agricultura familiar e a ruralidade, contribui para uma compreensão do campo que ultrapassa sua dimensão estritamente econômica. O espaço rural também envolve modos de vida, relações sociais, conhecimentos, identidades e formas específicas de interação com o território. Essa interpretação amplia as possibilidades de abordagem da agricultura no ensino de Geografia, permitindo reconhecer a diversidade dos sujeitos rurais e a importância social da produção de alimentos.

No contexto de Capelinha e do Vale do Jequitinhonha, a presença da agricultura familiar, da cafeicultura e da silvicultura de eucalipto pode favorecer comparações entre diferentes formas de uso e organização do espaço rural. Uma possibilidade pedagógica consiste em investigar, por meio de mapas, fotografias, notícias, documentos públicos e relatos voluntários de experiências cotidianas, como essas atividades se distribuem pelo território e quais relações estabelecem com o trabalho, a economia local, a vegetação, o solo e a água.

A comparação entre sistemas produtivos também pode contribuir para problematizar as relações entre produção agrícola, concentração e uso da terra, geração de renda, segurança alimentar e conservação ambiental. Essa discussão exige evitar interpretações simplificadoras que classifiquem previamente determinada atividade como exclusivamente benéfica ou prejudicial. O propósito educativo é compreender os diferentes interesses envolvidos, analisar evidências e reconhecer que os efeitos socioambientais variam conforme as técnicas empregadas, as condições territoriais, a escala de produção e as formas de gestão dos recursos naturais.

4.2 Agricultura, solo, água e conservação ambiental

A discussão das relações entre agricultura e meio ambiente possibilita integrar conhecimentos geográficos e ambientais, especialmente no estudo das interações entre solo, água, vegetação e práticas produtivas. Primavesi (1997, 2002) enfatiza a importância dos processos ecológicos para o funcionamento dos sistemas agrícolas, contribuindo para uma abordagem que reconhece o solo como um componente vivo e integrado às demais dimensões do ambiente. Essa perspectiva permite problematizar práticas de manejo, cobertura do solo, manutenção da matéria orgânica e conservação dos recursos naturais.

No ensino de Geografia, esses conteúdos podem ser relacionados ao estudo das paisagens e às mudanças produzidas pelas atividades humanas. A análise de fotografias de diferentes períodos, mapas de uso e cobertura da terra e materiais cartográficos pode auxiliar os estudantes a identificar transformações espaciais e formular hipóteses sobre suas possíveis causas e consequências. O uso desses recursos também favorece a compreensão de que os problemas ambientais não podem ser explicados exclusivamente por fatores naturais, uma vez que se relacionam às formas históricas de ocupação, às decisões econômicas, às tecnologias utilizadas e às políticas de gestão territorial.

A temática da água, por exemplo, pode ser trabalhada por meio de discussões sobre a importância dos recursos hídricos para o abastecimento das comunidades, a produção agrícola e a manutenção dos ecossistemas. De forma complementar, o estudo do solo pode abordar erosão, compactação, perda de matéria orgânica e práticas de conservação. Essas questões permitem estabelecer conexões entre os componentes físico-naturais do espaço e as atividades econômicas e sociais que interferem em sua dinâmica.

A contribuição pedagógica dessa abordagem está em superar a apresentação da natureza como cenário separado da sociedade. Em consonância com a compreensão do espaço geográfico proposta por Santos (2006), os processos ambientais podem ser analisados em associação com as técnicas, os usos do território e as relações sociais que participam da produção espacial. Desse modo, a educação ambiental deixa de se restringir à transmissão de recomendações individuais e passa a incluir a análise crítica dos processos que originam os problemas e das alternativas possíveis para enfrentá-los.

4.3 Educação ambiental e interdisciplinaridade

A educação ambiental representa outra dimensão central das possibilidades identificadas na análise. A Lei nº 9.795/1999 estabelece a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional e prevê sua presença articulada nos diferentes níveis e modalidades de ensino. No contexto escolar, essa orientação favorece o desenvolvimento de atividades que relacionem os conhecimentos geográficos às questões ambientais vivenciadas pelos estudantes, sem restringir o tema a datas comemorativas ou ações pontuais.

A interdisciplinaridade amplia essas possibilidades ao permitir o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Fazenda (2008) contribui para a reflexão sobre a integração dos saberes, enquanto a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) orienta o desenvolvimento de aprendizagens que envolvem a interpretação do espaço, a análise das relações entre sociedade e natureza e a compreensão de questões ambientais e socioeconômicas.

A articulação entre Geografia, Ciências, História e Matemática, por exemplo, pode favorecer uma leitura mais abrangente das atividades agrícolas. Em Geografia, os estudantes podem analisar a distribuição territorial das culturas e as transformações da paisagem; em Ciências, podem estudar as características do solo, os ciclos da água e as relações ecológicas; em História, podem investigar mudanças nas formas de ocupação e trabalho; e em Matemática, podem interpretar tabelas, gráficos e dados relativos à produção agrícola e ao uso de recursos naturais.

Essas atividades podem ser organizadas por meio de estudos do meio, leitura de mapas, análise de imagens, construção de croquis, produção de cartazes, debates orientados e elaboração de propostas de conservação ambiental. A escolha dos procedimentos deve considerar a faixa etária dos estudantes, os objetivos de aprendizagem, os recursos disponíveis e as condições de cada escola. Quando houver atividades externas ou participação de membros da comunidade, deverão ser observadas as autorizações e os cuidados de segurança pertinentes.

A interdisciplinaridade, nesse sentido, não consiste apenas em reunir conteúdos de disciplinas diferentes em uma mesma atividade. Ela pressupõe a construção de relações entre os conhecimentos, de modo que os estudantes possam analisar um problema sob diferentes perspectivas e compreender a complexidade dos fenômenos socioambientais.

4.4 Possibilidades pedagógicas no contexto de Capelinha e do Vale do Jequitinhonha

A análise dos referenciais consultados permite sistematizar possibilidades pedagógicas voltadas à valorização do lugar e à compreensão das relações entre agricultura e meio ambiente. Essas possibilidades são propostas fundamentadas na literatura, não resultados de atividades já aplicadas e avaliadas em sala de aula.

Para sistematizar as possibilidades discutidas, apresenta-se no Quadro 1 uma síntese de propostas pedagógicas que articulam os conteúdos geográficos às temáticas da agricultura e do meio ambiente, considerando o contexto territorial de Capelinha e do Vale do Jequitinhonha.

Quadro 1 – Possibilidades pedagógicas para a articulação entre Geografia, agricultura e meio ambiente

Tema	Possibilidade pedagógica	Aprendizagens esperadas
Leitura da paisagem	Comparação de fotografias, mapas e imagens de áreas rurais e urbanas.	Identificar transformações da paisagem e relacioná-las às ações humanas.
Agricultura e território	Investigação da agricultura familiar, da cafeicultura e da silvicultura de eucalipto.	Compreender diferentes formas de uso da terra, trabalho e organização do espaço rural.
Solo e água	Análise de situações-problema, imagens e materiais didáticos sobre manejo e conservação.	Relacionar práticas agrícolas às condições ambientais e à conservação dos recursos naturais.
Produção e consumo de alimentos	Representação das etapas de produção, beneficiamento, transporte e comercialização.	Reconhecer os circuitos produtivos e as relações entre campo e cidade.
Conhecimentos do meio rural	Análise de relatos, documentos e materiais sobre práticas agrícolas e experiências locais.	Valorizar conhecimentos territoriais e desenvolver interpretações críticas fundamentadas.
Cartografia escolar	Elaboração de croquis e mapas temáticos simplificados.	Desenvolver habilidades de localização, representação e interpretação espacial.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com base em Callai (2005), Cavalcanti (2012), Brasil (2018), Santos (2006), Wanderley (2009) e Primavesi (1997, 2002).

Uma primeira possibilidade consiste no estudo da paisagem local. Os estudantes podem comparar imagens de áreas rurais e urbanas, identificar elementos naturais e construídos e discutir

as transformações decorrentes das atividades econômicas. A proposta pode envolver a elaboração de croquis e mapas temáticos, favorecendo o desenvolvimento de habilidades de observação, localização, representação e interpretação espacial.

Uma segunda possibilidade refere-se à investigação das atividades agrícolas presentes no município e na região. A cafeicultura, a silvicultura de eucalipto e a agricultura familiar podem constituir temas para a análise de formas de produção, relações de trabalho, circulação de mercadorias e uso dos recursos naturais. A abordagem deve considerar a diversidade de situações existentes no território, evitando generalizações sobre as comunidades rurais e reconhecendo que os sistemas produtivos apresentam características e efeitos distintos.

Uma terceira possibilidade consiste no desenvolvimento de atividades sobre conservação do solo e da água. A partir de situações-problema, materiais cartográficos e recursos visuais, os estudantes podem analisar fatores relacionados à erosão, à cobertura vegetal, ao escoamento superficial e à disponibilidade de água. Quando houver condições adequadas, experimentos didáticos simples e demonstrações controladas podem complementar a discussão, desde que sejam planejados conforme os objetivos curriculares e as orientações de segurança.

Também se destaca a possibilidade de valorizar os conhecimentos e as experiências dos sujeitos que vivem e trabalham no meio rural. Relatos voluntários de agricultores e familiares, materiais produzidos por organizações locais e registros públicos podem contribuir para o reconhecimento das práticas agrícolas e dos conhecimentos construídos ao longo das gerações. Essa valorização, contudo, deve ser acompanhada da análise crítica das condições sociais, econômicas e ambientais em que tais práticas se desenvolvem.

Essas propostas convergem com a perspectiva de Callai (2005), segundo a qual a leitura do mundo pode partir das experiências cotidianas e avançar para uma compreensão mais ampla da realidade. Articuladas às contribuições de Cavalcanti (2012), Santos (2006), Wanderley (2009) e Primavesi (1997, 2002), as atividades sugeridas podem favorecer a formação de estudantes capazes de relacionar conhecimentos escolares, dinâmicas territoriais e problemas socioambientais.

Dessa forma, os resultados da análise bibliográfica indicam que a contextualização do ensino de Geografia a partir da agricultura e do meio ambiente oferece caminhos para aproximar os conteúdos curriculares das questões regionais. Sua efetividade pedagógica, entretanto, depende de planejamento docente, adequação aos objetivos de aprendizagem, disponibilidade de recursos e

avaliação das atividades realizadas. A aplicação dessas propostas em turmas da Educação Básica constitui uma possibilidade para pesquisas futuras, que poderão investigar seus efeitos sobre a aprendizagem e o desenvolvimento do pensamento geográfico.

5- Considerações finais

Este artigo teve como objetivo discutir possibilidades pedagógicas para o ensino de Geografia, articulando os conteúdos escolares às temáticas da agricultura e do meio ambiente no contexto de Capelinha e do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. A partir da pesquisa bibliográfica e da análise interpretativa dos referenciais consultados, foi possível desenvolver uma reflexão sobre a importância de contextualizar o conhecimento geográfico e estabelecer relações entre os conteúdos curriculares e as dinâmicas socioespaciais vivenciadas pelos estudantes.

A discussão realizada permite compreender que a agricultura constitui um tema relevante para o ensino de Geografia por possibilitar o estudo da produção do espaço, das relações de trabalho, das formas de uso e ocupação da terra e das interações entre sociedade e natureza. No contexto regional abordado, a agricultura familiar, a cafeicultura e a silvicultura de eucalipto oferecem referências para a análise de diferentes formas de organização do espaço rural e de suas relações com a economia, os recursos naturais e as transformações da paisagem.

Os referenciais teóricos também evidenciam a importância de uma abordagem que ultrapasse a descrição dos fenômenos geográficos. As contribuições de Callai (2005), Cavalcanti (2012) e Santos (2006) fundamentam a compreensão do ensino de Geografia como um processo que favorece a interpretação crítica da realidade. Em diálogo com Wanderley (2009) e Primavesi (1997, 2002), essa perspectiva permite relacionar as atividades agrícolas às condições sociais de produção, aos conhecimentos presentes no meio rural e aos processos ecológicos que sustentam os sistemas produtivos.

Entre as possibilidades pedagógicas discutidas, destacam-se a análise comparativa de paisagens, a leitura de mapas temáticos, o estudo das atividades agrícolas regionais, a investigação de questões relacionadas à conservação do solo e da água e a valorização dos conhecimentos dos sujeitos do campo. Essas propostas podem contribuir para aproximar os conhecimentos científicos das experiências cotidianas dos estudantes, estimular a interdisciplinaridade e favorecer o desenvolvimento de uma compreensão integrada das questões socioambientais.

Ressalta-se, contudo, que as contribuições apresentadas decorrem de uma reflexão teórica e não de uma intervenção pedagógica empiricamente avaliada. Essa característica constitui uma limitação do estudo, uma vez que não foram coletados dados diretamente com estudantes ou professores nem foram avaliados os resultados da aplicação das propostas em situações concretas de ensino. Portanto, as possibilidades discutidas devem ser compreendidas como orientações para o planejamento pedagógico, cuja efetividade depende das condições escolares, dos objetivos curriculares e das características de cada turma.

Como desdobramento, recomenda-se a realização de pesquisas de campo em escolas de Capelinha e de outros municípios do Vale do Jequitinhonha, com o propósito de investigar como professores e estudantes compreendem as relações entre Geografia, agricultura e meio ambiente. Estudos futuros também poderão planejar, desenvolver e avaliar sequências didáticas contextualizadas, identificando suas contribuições para a aprendizagem dos conceitos geográficos e para a formação de uma consciência crítica acerca das questões socioambientais.

Conclui-se que a articulação entre ensino de Geografia, agricultura e meio ambiente apresenta potencial para fortalecer uma educação contextualizada, crítica e comprometida com a compreensão das realidades locais. Ao tomar o território vivido como referência para a construção do conhecimento, o trabalho pedagógico pode contribuir para que os estudantes reconheçam as relações entre as dinâmicas locais e os processos mais amplos de produção do espaço, desenvolvendo instrumentos conceituais para interpretar a realidade e participar de forma consciente das discussões sobre o futuro de seus territórios.

6- Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 18 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 18 out. 2026.

CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental**. Cadernos CEDES, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227–247, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-32622005000200006.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

LELIS, Diego Andrade de Jesus; MARQUES, Ronualdo; PEDROSO, Daniele Saheb. **Um estudo de revisão sobre a Geografia e a Educação Ambiental nos anos finais do Ensino Fundamental**. Boletim de Geografia, Maringá, v. 41, p. 72–87, e63118, 2023. DOI: https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v41.a2023.e63118. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/63118. Acesso em: 18 out. 2026.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MANFIO, Vanessa. **O estudo do lugar e cotidiano no ensino de Geografia: uma proposta pedagógica para o ensino fundamental.** Pesquisar – Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia, Florianópolis, v. 8, n. 16, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/article/view/79325. Acesso em: 18 out. 2026.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: NBL Editora, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99–122, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.